



## Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

### **A VIA ROMANA ENTRE BRACARA AUGUSTA E ASTURICA AUGUSTA, POR AQUAE FLAVIAE (CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO).**

LEMOS, Francisco de Sande

Ano: 2000 | Número: 110

---

#### **Como citar este documento:**

LEMOS, Francisco de Sande, A via romana entre Bracara Augusta e Asturica Augusta, por Aquae Flaviae (contributo para o seu estudo). *Revista de Guimarães*, 110 Jan.-Dez. 2000, p. 15-52.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A VIA ROMANA ENTRE *BRACARA AUGUSTA* E *ASTURICA AUGUSTA*, POR *AQUAE FLAVIAE* (Contributo para o seu estudo)

---

**Francisco Sande Lemos\***

**1. Introdução:**

A rede viária romana é um tema recorrente dos estudos antiquários e da Arqueologia, desde o Renascimento.

Assim, a colecção de miliários mandada reunir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa no Campo de Sant'Ana, em redor de uma capela, conforme ficou registado no mapa de Braga, de Georg Braun (1594), simboliza o início de uma linha de estudos que perdurou ao longo das Idades Moderna e Contemporânea<sup>1</sup>.

Na mesma época há referências aos caminhos romanos na conhecida obra do letrado João de Barros, *Antiguidades de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*.

Durante os séculos XVII e XVIII a Igreja desempenhou uma função destacada neste domínio.

Por um lado, a Igreja Bracarense afirmava, deste modo, a sua importância como centro religioso e cultural de um vasto território. Por outro, no plano discursivo, articulava a memória ilustre da antiga *Bracara Augusta* com a cidade arquiépiscopal,

---

\* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Actualmente, os miliários encontram-se à guarda do Museu de D. Diogo de Sousa. Infelizmente, são poucos os casos em que é possível identificar a sua origem.

dotada de um estatuto muito específico, o de senhorio eclesiástico.

O apogeu desta política de revalorização dos caminhos romanos verifica-se no reinado de D. João V, o Magnífico, cujo irmão, D. José de Bragança, foi arcebispo de Braga entre 1741-1756. Este prelado foi o responsável, entre outras obras, pela edificação de uma rede de abastecimento de água à cidade, o conjunto denominado Sete Fontes, que ainda hoje se conserva parcialmente, um projecto infra-estrutural de largo fôlego, no melhor estilo clássico.

Duas décadas antes, tinha sido fundada a Real Academia de História (1721) e são redigidas memórias locais e temáticas. Pelo seu rigor destacam-se, no quadro da investigação sobre a rede viária romana, os trabalhos de Luís Alvares de Figueiredo (Bispo de Urianópolis), do Padre Mattos Ferreira e de Thomé de Távora e Abreu<sup>2</sup>. Estes relatos, foram reunidos e divulgados de forma sintética, ou transcritos, no conhecido livro do sacerdote, e académico, Jerónimo Contador de Argote, *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*, (5 volumes), cujo título é bem expressivo de uma obra monumental. Estes estudo das “antiguidades”, em particular das ruínas do mundo clássico, inserem-se numa ambiciosa política de defesa dos testemunhos do passado, coincidente com uma das conjunturas mais destacadas de construção de novo património na História de Portugal.

No século XIX a Igreja, por força das mudanças políticas e sociais, do advento do Liberalismo, vai partilhar com a sociedade civil, o estudo das antiguidades clássicas.

Em oitocentos, a par das obras de sacerdotes, cujo máximo expoente terá sido Martins Capella (1895), no âmbito das pesquisas sobre a rede viária, publicam-se estudos assinados por militares e professores. Ou seja, uma nova classe social, a burguesia, alcança, no contexto da exaltação da nacionalidade, a

---

<sup>2</sup> Dos manuscritos destes três antiquários apenas foi publicado o do Padre Mattos Ferreira, relativo à VIA NOVA.

possibilidade de elaborar discursos acerca do passado, em coexistência com a Igreja.

Multiplicam-se, assim, no último quartel do século XIX artigos e textos, entre os quais destacamos os contributos de Albano Belino (de Braga), de Henrique Pinheiro (professor de Liceu de Bragança), do Coronel Albino Pereira Lopo (Bragança), ou do Major Celestino Beça (Bragança), na área a norte do rio Douro.

Aliás, o interesse dos militares pelo traçado da rede viária romana constituiu-se como uma tradição durável, no seio do Exército, de tal modo que algumas folhas da Carta Militar 1:25 000, publicadas na década de 50 e 60, registam, mesmo, os traçados mais evidentes de algumas vias, como é o caso da *Via Nova*, no concelho de Terras de Bouro, ou da “Estrada Mourisca”, no planalto mirandês. As antigas edições da Carta Militar constituem, pois, um precioso auxiliar nos estudos territoriais. Por vezes são, mesmo, mais esclarecedores que os fotogramas, devido aos trabalhos de campo realizados pelas equipas do Exército, que recolheram topónimos e verificaram os caminhos.

O interesse pela rede viária antiga mantém-se ao longo do século XX, quer em trabalhos de síntese, como a conhecida obra de Mário Saa, *As Grandes Vias da Lusitânia*, quer em estudos parcelares, de que o artigo de Lerenó Barradas (1956) é um bom exemplo, traduzindo a importância que é atribuído o conhecimento do sistema viário, à redescoberta dos antigos caminhos.

E, no entanto, apesar de todo este labor, acumulado ao longo de séculos, não dispomos de mapas de conjunto, fidedignos, pelo menos no quadro geográfico do Norte de Portugal.

Atento à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a geografia de Portugal Romano, o professor Jorge Alarcão no seu livro com esse mesmo título, dedicou um capítulo aos “Caminhos e Lugares” (1973). Desde, então, tem dedicado

numerosos textos à organização territorial da Lusitânia Ocidental e da Galécia meridional.

Porém, o seu interesse pela matéria, encontrou pouco eco no nosso país, e só nos anos 80 e 90 foram apresentadas dissertações de doutoramento que, de uma forma ou de outra, procuraram definir com maior rigor os traçados romanos, entre as quais a de Vasco Mantas (1996), especificamente sobre a itinerário romano que ligava *Olisipo* a *Bracara*.

O principal motivo para o reconhecido atraso neste domínio será, talvez, a complexidade do estudo rigoroso das vias, que aparenta ser mais fácil do que se supõe.

Na verdade, os caminhos constituem matéria intrincada, elementos de longa duração, envolvidos numa estratigrafia espacial, árdua de interpretar, com armadilhas constantes, estratigrafia em que se cruzam factores de continuidade e mudança, alterações infra-estruturais e paisagísticas.

Cumprir à investigação portuguesa considerar prioritários estes estudos e, designadamente, cartografar a uma escala adequada (1:25000, no mínimo) o trajecto das vias, uma etapa essencial para analisar o território, tal como foi reorganizado sob o domínio romano e para se produzirem mapas de síntese.

O nosso contributo para tal desiderato, deve ser encarado numa perspectiva de análise espacial de larga escala e na óptica da Arqueologia.

A via *Bracara Asturicam*, por *Aquae Flaviae*, é uma de vias que carece de um aprofundamento das pesquisas.

Para a redacção deste artigo baseámo-nos no estudo do trecho *Aquae Flaviae* - Porto Calçado que realizámos, no âmbito da dissertação de doutoramento sobre o Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental.

Quanto ao trajecto entre *Bracara* e *Aquae Flaviae*, procuramos apoio na bibliografia disponível, na análise cartográfica, na foto - interpretação, na base de dados recolhida por Luís Fontes (relativa aos concelhos de Montalegre e

Boticas)<sup>3</sup> e em reconhecimentos no terreno. Importa, porém, sublinhar que o trabalho de campo ainda não foi suficiente<sup>4</sup>.

Para o trajecto entre Porto Calçado (fronteira entre Portugal e Espanha) e *Asturica Augusta* continua actual o texto de Loewinshon (1965).

Como não conhecemos um trabalho de conjunto sobre a via XVII, julgámos útil desde já avançar com este artigo sobre o traçado da via. Entretanto, pensamos aprofundar as pesquisas nos próximos meses, se para tal houver o necessário financiamento e meios.

De qualquer modo, a cartografia do trajecto mais antigo da via, datável de Augusto, já está quase totalmente realizada à escala 1:25000, patamar que consideramos essencial para os próximos passos.

## **2. Historiografia:**

Esta via, como as restantes, tem sido estudada desde o século XVI. As sucessivas descobertas de miliários, entre os séculos XVI e XIX, permitiram alcançar um conhecimento aproximado do seu percurso.

Dedicaram estudos, ou efectuaram reconhecimentos nesta estrada, em território português, numerosos autores, alguns dos quais já citados: o Bispo de Urianópolis; Thomé de Távora e Abreu; Martins Capella; Henrique Pinheiro; Albino Pereira Lopo; Celestino Beça; o Abade de Baçal; Lerenó Barradas; e, nas duas últimas décadas, Alain Tranoy, António Rodriguez Colmenero, José Baptista Dias e Francisco Sande Lemos<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Base de dados inédita.

<sup>4</sup> No entanto já avançámos muito, tendo logrado entre outros aspectos identificar o local exacto do achado do miliário da Portela de Rebordelo e o do Borrageiro. Já percorremos, também, em viatura todo o terreno e a pé, diversos tramos da via, nalguns locais bem conservada, como entre o Borrageiro (vale do Rabagão) e a aldeia de Currais (concelho de Montalegre) ou no extremo norte do concelho da Póvoa do Lanhoso, entre Boticas e Pousadores.

<sup>5</sup> Ver na bibliografia os textos dos autores mencionados neste parágrafo.

Tal como Alain Tranoy (1981, 214), pensamos que a via XVII, pelo menos entre Chaves e Castro de Avelãs, possuía dois itinerários alternativos, sendo o principal o que corria a sul <sup>6</sup>, o que não significa forçosamente que seja o mais antigo, questão que abordaremos no item próprio.

Em contrapartida, não encontramos dados arqueológicos suficientes para estabelecer com clareza o traçado da variante que se adossou ao percurso inicial entre *Aquae Flaviae* e *Bracara Augusta*. A hipótese de uma variante sul, por Boticas, não tem, até há data, qualquer fundamento arqueológico, apesar de ser habitualmente referida em obras de conjunto. Concordamos, assim, neste aspecto específico, com as críticas de José Baptista Dias (1992).

Subsistem, deste modo, contradições, no que concerne o tramo *Bracara - Aquae Flaviae*, entre os dados arqueológicos e o Itinerário de Antonino que não podem ser ignoradas, ou escamoteadas.

Por isso admitimos uma segunda variante, por Montalegre e Vilar de Perdizes.

Não fugimos aos problemas, ora dizendo que o Itinerário de Antonino se enganou nas milhas, ora que está certo, ao sabor das propostas que apresentamos.

Adiante voltaremos a esta questão.

### **3. O nome da via *Bracara Asturicam*:**

Antes de mais convém referir que é desconhecido o nome romano desta via. Sabemos que a “Geira”, a que cruza a Serra

---

<sup>6</sup> Desdenhando a bibliografia anterior, designadamente J. Contador de Argote (1732), M. Capella (1895) e A. Pereira Lopo (1907), Leren Barradas (1956) considera um único percurso para a Via XVII entre Chaves e Castro de Avelãs, o que corria pelo norte, por Monforte, Fiães e Vinhais. O trajecto entre Chaves e Poçacos faria parte de uma via entre *Iria Flavia* e o rio Douro (Barradas 1956, 218-220). Os miliários de Vale de Telhas e a Ponte da Pedra (Torre de D. Chama) pertenceriam a uma via entre Astorga e Jales que entroncava com a via *Iria-Durium* em Poçacos (Barradas 1956, 210-215). Esta interpretação, rebuscada, não possui fundamentos arqueológicos, nem lógica.

do Gerês, se designava por *Via Nova*. Talvez, por antonomásia, o anterior caminho entre *Bracara* e *Asturica*, possa ter sido denominado *Via Antiqua* ou *Veter*. É uma possibilidade, que sugerimos, a título de mera hipótese, recordando que os documentos do *Liber Fidei*, relativos a limites de propriedades, quando referem esta estrada a apelidam *de carraria antiqua*.

Por outro lado, a expressão *Via XVII*, frequente nos estudos da especialidade, decorre, exclusivamente, de uma convenção científica informal (usada com maior frequência entre investigadores do Norte de Portugal e da Galiza).

De facto, esta numeração das vias refere-se à ordem pela qual foram descritas, numa das impressões do códice conhecido como Itinerário de Antonino. A edição que deu origem a essa ordem é a de P. Wessiling (Parthey Pinder e Cuntz, Amsterdam, 1735).

Neste texto usaremos, indiferentemente, a expressão *Via Bracara Asturicam*, ou o termo *Via XVII*. Quando nos referirmos à via *Bracara - Asturica* por *Bergidum Flavium*, recorreremos à designação própria, *VIA NOVA*.

#### **4. A origem:**

A via *XVII* estabeleceu-se, talvez, sobre um hipotético caminho mais antigo, de origem proto-histórica, designado por um autor português (Mário Varela Gomes) como a “Rota do Ouro”, caminho que ligava a Meseta Interior ao litoral atlântico e em especial ao território dos *Bracari*, o principal povo da região de Entre Douro e Minho. Na verdade, ao longo do traçado desta rota registam-se diversos achados de ourivesaria proto-histórica, de que podemos citar: os Tesouros do Castro de Arrabalde (Zamora Ocidental - vale do rio Eria); o Tesouro de Lebução (freguesia de Fiães - Valpaços); o bracelete do Alto da Pedisqueira (Chaves); as peças de Chaves (encontradas próximo do Convento de S. Francisco); os torques de Paradela do Rio (Montalegre); o torque de Tourém (Montalegre); o capacete e os torques do Castro de Lanhoso; as arrecadas da Citânia de Briteiros; e, finalmente, o conjunto de achados identificados



entre Braga e o litoral, bem como entre os rios Ave e Cávado, que seria fastidioso individualizar<sup>7</sup>.

Esta Rota do Ouro entroncava, na Meseta Norte com a Via da Prata, que corria no sentido norte-sul e na costa ocidental, com o eixo atlântico, oriundo de *Olisipo*.

O local da fundação de *Bracara Augusta*, na zona de cruzamento entre a Rota do Ouro e o caminho atlântico, não terá sido um acaso, de acordo com as hipóteses que apresentámos num pequeno texto recentemente publicado na revista *Forum* (Lemos 1999).

Ignoramos, todavia, se já existe algum estudo pormenorizado sobre a Rota do Ouro, no contexto do povoamento proto-histórico, no espaço a norte do rio Douro. Admitimos que seria uma intensa rota comercial, em que circulavam diversos produtos. Por exemplo, no sentido interior-litoral o ouro e artefactos metálicos; em direcção inversa o sal. Para uma compreensão a uma escala mais ampla, a peninsular, deste caminho, cuja origem o supracitado autor (Mário Varela Gomes) atribui ao Bronze Final, remetemos para o respectivo texto.

### **5. A cronologia da fundação:**

Não sabemos se a Rota do Ouro foi utilizada pelos exércitos romanos no âmbito das vastas operações militares (29-19 antes de Cristo) que conduziram à conquista definitiva da Península e que foram dirigidas pelo Imperador Augusto. Sabe-se que o teatro principal das operações militares, com base nas planuras de Astorga e de León, se situou muito mais para Nordeste: no Bierzo, bem como nas montanhas das Astúrias e da Cantábria.

O investigador José Manuel Roldán Hervás (1975, 70-71) considerou a via XVII como uma estrada militar, devido aos

---

<sup>7</sup> Sobre estes achados existe numerosa bibliografia. Um inventário dos mesmos, bem como um mapa da distribuição, encontram-se em Armando Coelho da Silva (1986).

acampamentos descobertos no seu tramo, na actual província de Zamora. Todavia, as fontes são omissas sobre movimentos bélicos a sudoeste e, até esta data, não foram encontrados vestígios de qualquer acampamento militar em Braga, ou em qualquer ponto do trajecto da Via XVII, no interior dos limites do *conventus* de *Bracara Augusta*. De qualquer modo, de um ponto de vista estratégico e, considerando que o poder romano conhecia relativamente bem o norte da península, graças às anteriores incursões de *Decimus Iunus Brutus* (138-136 a C.), de *P. Licinius Crassus* (96 a C.), de *Perpena* (74 a C.) e de *Iulius Caesar* (61 a C.), julgamos que a hipótese de terem estacionado corpos de exército, a proteger o flanco ocidental da principal zona de combates, não é de afastar, por ser lógica<sup>8</sup>.

A ocorrência de vários (cinco?) miliários de Augusto (dois em S. Martinho de Zebal – Vieira do Minho?; um em Palavale – Pastoria – Chaves; um em Soeira – Vinhais; um em Castro de Avelãs – Bragança<sup>9</sup>) indica que o *Cursus Publicus* foi estabelecido, na via XVII, no reinado daquele imperador.

António Rodriguez Colmenero sugeriu a hipótese da presença do legado de Augusto, *Paullus Fabius Maximus*, no Noroeste atlântico, nos anos 3 ou 2 antes de Cristo, testemunhada pela célebre epígrafe de Semelhe, poder estar associada às obras de construção das vias XVII e XVIII, para além de objectivos de ordem política-administrativa e urbanística.

Concordantes com esta hipótese são os resultados das campanhas de trabalhos arqueológicos de *Bracara Augusta*, que situam no reinado de Augusto a edificação das infra-estruturas

---

<sup>8</sup> No seu estudo das moedas do Alto da Cividade, Mar Zabaleta Estévez (1999), identificou um número apreciável de *caetrae*, o que talvez indique a presença de um destacamento militar em *Bracara Augusta*. Todavia, carecemos de mais dados para interpretar a presença desse possível corpo do exército romano nos primórdios da urbe.

<sup>9</sup> Os de S. Martinho de Zebal e de Soeira desapareceram, pelo que são interrogados. O de Palavale está no Museu de Chaves e do Castro de Avelãs no de Bragança.

básicas da cidade, designadamente a sinalização dos módulos urbanos por meio de pilares com sólidos alicerces, ou seja dos limites das *insulae*, bem como a rede de saneamento (testemunhada pela cloaca descoberta na rua Frei Caetano Brandão) e os restos de edifícios públicos no Alto da Cidade.

#### **6. A construção da via:**

Este caminho principiou a ser construído na época de Augusto, como testemunham os já referidos miliários.

A ocorrência de um número significativo de marcos com epígrafes de monarcas da dinastia Júlio-Caudiana, designadamente Tibério (pelo menos 4) e de Cláudio (pelo menos outros 4) leva-nos a pensar que a via foi concluída no quadro da dinastia júlio-claudiana.

Quanto às técnicas de construção, passamos adiante, uma vez que se trata de matéria assaz divulgada.

Apenas um breve apontamento: julgamos que, na fase inicial, na primeira metade do século, ou mesmo até finais do séc. I, as pontes seriam em madeira, que não faltava ao longo do percurso.

As pontes em pedra foram edificadas durante as dinastias dos flávios e dos antoninos.

Aliás, ao longo do seu traçado, no actual território português, apenas se conservam pouca obras de arte relativamente intactas, como adiante se verá.

#### **7. As obras de arte:**

O número de obras de arte de vulto, relacionadas com esta via, é reduzido, apesar de cruzar uma região acidentada.

De qualquer modo é difícil facultar um número certo, uma vez que sendo uma ampla zona, mas de forte pluviosidade, é um dado adquirido que muitas das pontes construídas na época romana não sobreviveram a sucessivos, ou excepcionais, anos de cheias mais intensas.

Do conjunto das pontes relacionadas com a via XVII, existentes em território português, as que se encontram em

melhor estado são as pontes de Chaves sobre o Tâmega, classificada como Monumento Nacional e, menos citada, a do Arquinho.

A descrição de outras pequenas pontes na zona próxima de *Aquae Flaviae*, já foi feita por António Rodriguez Colmenero, na sua última obra sobre a urbe romana.

Pontes monumentais foram erguidas sobre os rios Rabaçal e Tuela, cursos de água com forte caudal. Contudo das pontes sobre o Rabaçal, restam apenas os arranques, na zona de Picões (trajecto inicial) e mesmo assim em adiantada degradação. A outra ponte sobre o mesmo rio, mais a juzante, a seguir à Ponte do Arquinho, foi profundamente alterada, cerca dos anos 50 do nosso século.

Quanto às obras de arte erguidas sobre o Tuela, conservam-se os arcos da magnífica Ponte Pedrinha, a sul, perto de Torre de D. Chama. A montante, no trajecto norte, a Ponte Velha de Soeira é uma edificação do século XIX, uma vez que a anterior foi levada pela torrente nos inícios da centúria de oitocentos.

No percurso entre *Aquae Flaviae* e *Bracara Augusta* o número de pontes é mais elevada, mas as suas dimensões menores. De qualquer maneira, na sua quase totalidade, foram reconstruídas, ou desapareceram, como aconteceu com a ponte que cruzava o rio Rabagão, a montante do Castro de Codeçoso.

Recordamos que, de acordo com a nossa interpretação, as pontes romanas supracitadas datam do último quartel do século I e do século II.

### **8. O traçado inicial:**

A via tinha origem na Meseta Norte, no planalto de *Asturica Augusta*. Desta urbe descia para sul quase em linha recta até à “Tierra de Campos”, cortando os vales dos rios Duerna, Tera e Eria. Depois, subia à Serra de la Culebra, inflectia para sudoeste e atravessava em diagonal, o rio Maçãs, no Porto Calçado. Do planalto de Deilão descia até Castro de Avelãs, na depressão de Bragança. De Castro de Avelãs

continuava para nascente, passando entre as serras de Nogueira (a sul) e Coroa (a norte). De seguida, após cruzar o rio Rabaçal, contornava, por norte, a extensa barreira montanhosa da serra da Padrela, pelo planalto de Fiães (onde ficava o *vicus Vagornica*), por forma a atingir um entroncamento natural de caminhos: a veiga de Chaves.

De *Aquae Flaviae* a via alcançava o litoral, mantendo sempre uma direcção oeste, cruzando a Serra do Leiranque por uma portela natural (Alto do Pindo), seguindo pelo planalto onde nascem os rios Beça (afluente do Tâmega – bacia hidrográfica do Douro) e Rabagão (bacia do Cávado) e continuando pelo margem esquerda deste rio, no sopé dos contrafortes setentrionais das serra do Barroso.

Cruzava o Rabagão a montante do Castro de Codeçoso.

De seguida encostava-se às vertentes setentrionais da serra da Cabreira para, finalmente, terminar o seu percurso na área acidentada que circunda Braga.

Era um traçado que corria por montanhas e planaltos, vencendo encostas íngremes e atravessando profundos desfiladeiros.

No entanto, era o trajecto mais curto entre a Meseta e o litoral, entre Léon e a zona sudoeste da *Gallaecia*. Ou seja uma via inicialmente construída com fins estratégicos.

A distância entre *Bracara* e *Asturica*, referida no Itinerário de Antonino indica para esta via um valor superior ao da *VIA NOVA* (247 mp. e 215 mp, respectivamente) (a cada milha correspondem 5000 pés ou seja cerca de 1480 metros). Assim diversos autores afirmaram que aquela última, a *VIA NOVA*, pretendia ser uma ligação mais directa. De facto, o traçado inicial da Via XVII era muito mais curta. O valor indicado pelo Itinerário de Antonino refere-se a um trajecto mais longo e mais tardio, como adiante veremos.

### **9. A Evolução do Traçado:**

O percurso descrito no Itinerário de Antonino, bem como as distâncias nele referidas integram, provavelmente, as

variantes, designadamente a localizada em Trás-os-Montes Oriental, que ampliou em muito a distância do trajecto inicial, da época de Augusto.

Para uma análise comparada entre os dados arqueológicos e as distâncias do Itinerário de Antonino é necessário considerar que aquele documento datará do século III, num contexto em que as variantes integravam, de pleno direito, a via, pela sua função económica e pela importância regional das *mansiones* citadas.

Na época flaviana, num contexto de consolidação do poder romano, de exploração plena da riqueza mineira, do assentamento de uma rede de *vici*, aldeias e *villae*, da emergência de mercados municipais e vicinais, verificou-se a abertura de uma extensa alternativa em Trás-os-Montes Oriental que, manteve, todavia, a orientação genérica leste - oeste. A necessidade desta extensa variante terá decorrido da importância crescente da actividade mineira, ao longo da primeira metade do século I d. C. Uma análise, mesmo superficial, da carta de distribuição das minas permite verificar que o desvio meridional aproxima a rede viária de zonas produtoras de ouro, prata e chumbo (distribuídas por várias freguesias do actual concelho de Mirandela). Mas não só. Ao inflectir para sul, a via facilitava a distribuição de produtos agrícolas mediterrânicos, nomeadamente o vinho e o azeite, que poderiam ser exportados tanto para as cidades do Norte da Península, como para o litoral atlântico.

A cronologia da arquitectura da chamada Ponte do Arquinho (sobre o Rio Calvo), erguida nesta variante, parece ser um dado favorável a esta hipótese. Pela maneira como a ponte foi implantada, pelo desenho dos arranques, pelo paramentos revestidos com pedra almofadada, trata-se de obra muito similar às pontes da serra do Gerês, pertencentes à *VIA NOVA*, que foram construídas nos reinados dos imperadores Tito e Domiciano.

A esta variante, a mais extensa, há que acrescentar outras duas, uma que nos parece incontestável, na Terra de Aliste

(documentada pelo miliário de San Viterbo) e outra, cuja localização é mais difícil de apurar, na Terra do Barroso (por São Caetano; Vilar de Perdizes e Montalegre).

Faltam, contudo, nesta via miliários de Tito, Domiciano ou Vespasiano.

Em contrapartida registam-se miliários de Tajano e Adriano. Assim sendo, talvez seja mais legítimo ponderar a integração destas variantes no *Cursus Publicus* apenas na dinastia dos antoninos, ou seja nos primórdios do século II d. C. No entanto, todos estes marcos relacionados com os Antoninos também se articulam com o trajecto inicial. O miliário mais antigo achado na variante sul que vai de Chaves a Castro de Avelãs é do reinado de Caracala, ou seja da dinastia dos Severos, ou seja de finais do século II - inícios do III. A reforçar esta hipótese é interessante verificar que grande parte dos miliários dos séculos III detectados nesta via foram recolhidos na variante sul.

De qualquer modo, tendo em conta o aparelho das pontes sobre os rios Calvo e Tuela, bem como os indicadores arqueológicos, de várias ordens, acima referidos (actividade mineira; comércio de produtos agrícolas; povoamento), mantemos a hipótese da integração das variantes no *Cursus Publicus*, em finais do século I/inícios do II.

### **10. Miliários:**

Comparativamente com a VIA NOVA, o número de marcos identificados na Via XVII é pequeno, ao todo 53. Recordamos que na VIA NOVA só entre as milhas XXVIII e XXXIV foram inventariados cerca de 80.

No caso da Via XVII são mais frequentes no *conventus* de *Bracara Augusta*: quarenta e dois.

No trajecto da via em território de *Asturica Augusta*, que apenas se contam dez.

No espaço hoje português são oito.

Entre o rio Maçãs (Porto Calçado) e *Asturica*, de acordo com as referências bibliográficas, apenas foram inventariados dois.

É evidente que o número de marcos diminui á medida que nos afastamos de *Bracara Augusta*.

Dos miliários descritos pelos antiquários e eruditos dos séculos XVII e XVIII, perdeu-se um número significativo. Entre os restantes, ou seja que sobreviveram à incúria, alguns, muito poucos, conservam-se junto ao traçado da via.

No Museu de D. Diogo de Sousa apenas há dois miliários inequivocamente relacionados com a Via XVII, da milha I (Tibério) e da milha III (Heliógabalo) embora seja possível que a colecção reunida pelo arcebispo D. Diogo de Sousa integrasse vários marcos deste caminho.

Outros, a leste do médio vale do rio Rabagão, no Barroso, foram recolhidos, em boa hora, no Museu de Chaves.

A quase totalidade dos miliários do distrito de Bragança foi depositada no Museu Abade de Baçal, graças aos esforços do Coronel Albino Pereira Lopo e do Abade de Baçal. Aliás, a sua origem está bem estabelecida graças aos registos daqueles dois investigadores.

SÍTIOS	IMPERADORES	SÉCULOS	MILHA
Braga – Quinta das Goladas (ou Largo do Orfeão)	Tibério	I	I
Estrada- Areias (vale do rio Este)	Heliógabalo	III (219)	III
Boticas de Ruivães	Anepígrafe	-	-
S. Martinho de Zebral	Augusto?	I (23 - 14 d. C.)	?
S. Martinho de Zebral	Augusto?	I (23 . 14 d. C.)	?
Portela de Rebordelos	Cláudio	I (43-44)	XX?
Portela de Rebordelos	?	?	XXXV
Padrões	Tibério		XX
Padrões	?	?	XLII
Sagunhedo	?	?	XXXII
Sagunhedo	Cláudio	43-44	XXXV
Sagunhedo	?		
Sagunhedo	?		



REVISTA DE  
GVIMARÃES

Codeçoso de Arco	Cláudio	44	XXXVIII
Codeçoso de Arco	Trajano	II (104)	XLII (Aqua Flaviae)
Codeçoso de Arco	Adriano	II (136-1379)	XLIII (Aqua Flaviae)
Borrageiro	Tibério	I (32-33)	XXXIIX
Currais	?		
Currais	?		
Cruz de Leiranque	Anepígrafe		
Travassos	Anepígrafe		
Arcos -Cervos	Cláudio	I (44)	L
Antigo de Arcos	Tibério	I (32-33)	
Pastoria – Palavale	Augusto	I	LXV?
Pastoria – Termo	Trajano	II (104)	V (Aqua Flaviae)
Valdanta - Igreja	Volusiano		
S. Lourenço – 1	Anepígrafe		
S. Julião – 2	Macrino Décio	III (217-218) III (249-251)	VI (Aqua Flaviae)
Lama do Ouriço- 1	Magnêncio	IV (350-353)	Bracara Augusta
Sá – 1	Macrino e Deadumeniano	III (217)	
Vilarandelo – 3	Caracala Macrinus e Deadumeniano Magnêncio?	III (211-217) III (217) IV (350-353)	
Poçacos –3	Macrinus e Deadumeniano Magnêncio Constantino?	III (217) IV (350-353) IV (306-337)	
Pontão de Poçacos	Maximino e Máximo	III (235)	
Ponte de Vale de Telhas	Numeriano Maximiano	III (283-285) III (286-305)	
Vale de Telhas	Baixo Império?		
Lamalonga	Constancio Anepígrafo	III-IV (292-306)	
Carrazedo	Caro	III (282-283)	
S. Cláudio (Gostei)	Maximiano	III (286-305)	
Torre Velha de Castro de Avelãs	Augusto Caracala	(23 a.C. - 14) III (211-217)	
Gimonde	Caro	III (282-283)	
Babe	Adriano Caracala	II-III (98-117) III (211-217)	

Vinhais *	Maximino e Maximo	III (235-238)	
Soeira *	Augusto?	(23 a. C. - 14)	

\* Itinerário pelo Norte

### 11. As *Mansiones da Via XVII*:

O Itinerário de Antonino, entre *Bracara* e *Asturica*, enumera as seguintes *mansiones*<sup>10</sup>

*Salacia* ..... m.p. XX  
*Praesidio* ..... m.p. XXVI  
*Caladuno* ..... m.p. XVI  
*Ad Aquas* ..... m.p. XVIII  
*Pinetum* .....m.p. XX  
*Roboretum* ..... m.p. XXXVI  
*Compleutica* ... m.p. XXVIII  
*Veniatia* ..... m.p. XV  
*Petavonium* .... m.p. XXVIII  
*Argentiolum* ... m.p. XV  
*Asturica* ..... ....m.p. XXVIII

A localização destes sítios é um assunto que foi inúmeras vezes abordado, desde Jerónimo Contador de Argote. Consideramos desnecessário inventariar as sucessivas propostas, por vezes quase antagónicas, ou absurdas. Basta dizer, por exemplo, que Celestino Beça (1915) localizava *Roboretum* em Vinhais, enquanto que Pereira Lopo (1987) a situava em Rebordões, locais afastados entre si cerca de quinze quilómetros. Por sua vez, Henrique Pinheiro (1895) fez a estrada romana seguir por tantos desvios quanto os necessários para fazer coincidir Vinhais com *Veniatia*, *mansio* que, de facto, se situa em território hoje espanhol.

A localização das *mansiones* das vias suscita sempre dificuldades, mesmo no caso da *VIA NOVA*, onde todas as milhas estão balizadas.

<sup>10</sup> De acordo com a versão publicada por J. M. Roldan Hervás 1975, 68-70. De salientar que as distâncias entre algumas das *mansiones* variam conforme os códices.

O cálculo das distâncias é dificultado pelas diferentes propostas de traçado e pela circunstância dos miliários terem sido descobertos, muitas vezes, fora do local original.

Outra dificuldade relaciona-se com o traçado que devemos considerar para proceder à leitura das distâncias.

Levanta-se, também, a questão do valor da milha na *Gallaecia*. O valor normal seria de 1480 metros. Na verdade, é essa a distância que medeia entre os diversos grupos de miliários estacionados ao longo da *VIA NOVA*, no tramo que estudámos, na serra do Gerês. Também Loewisohn (1965) admitiu essa medida como a mais adequada. J. M. Roldán Hervás (1973) parece ter determinado a sua generalização na Hispânia, através do estudo da Estrada da Prata<sup>11</sup>. Contudo A. Rodríguez Colmenero considera que a distância entre milhas, no território da *Gallaecia* corresponderia a 1 600 metros.

Equacionando todos estes problemas, a conclusões chegámos sobre as *mansiones* da Via XVII?

No traçado entre *Bracara* e *Aquae Flaviae*, apesar de ser uma zona próxima de duas urbes surgem contradições inesperadas.

Quanto ao trajecto entre *Aquae Flaviae* e Porto Calçado, sobre o qual se registam as mais díspares opiniões, após a cartografia dos traçados prováveis na carta 1:25000, julgamos ter uma proposta lógica.

Neste tramo, em que os dois percursos se encontram relativamente bem estabelecidos, o primeiro problema é a questão de saber-se a que traçado se aplica o Itinerário: ao trajecto por sul, por Vale de Telhas; ou ao caminho por norte, por Vinhais?

Admitimos que o traçado sul seria o principal. Tendo em conta que a maioria dos miliários é dos séculos III e IV, e considerando as datas que se atribuem ao Itinerário (sempre

---

<sup>11</sup> Para além disso os dois autores concluíram que as distâncias entre *mansiones*, registadas do Itinerário de Antonino correspondem à realidade.

ulteriores a meados do século III)<sup>12</sup>, pensamos que as *mansiones* nele mencionadas se relacionam com o traçado sul<sup>13</sup>.

Mas, vamos por ordem, regressando ao ponto de origem, ou seja a *Bracara Augusta*.

Quanto a *Salacia* admitimos a localização apontada desde o século XVIII, próximo do Abrigo e da Cruz do Real, numa portela que constitui um autêntico entroncamento natural, que separa as depressões de Vieira do Minho (cabeceras do rio Ave) e do Vale do Cávado, situando-se, ademais, no extremo leste da Serra da Cabreira. A distância a *Bracara* corresponde à indicada no itinerário de Antonino.

Quanto a *Praesidium* dispomos da localização de alguns miliários, designadamente, o marco de Cláudio do Castro de Codeçoso, que marca 38 milhas a *Bracara*. Ora, o traçado a partir deste miliário está bem conservado. Logo a seguir, na milha seguinte foi descoberto o miliário do Borrageiro. Logo adiante conserva-se o marco de Currais. Deste modo, se seguirmos o traçado da via, a *mansio* terá de ficar nas imediações de Vila da Ponte, um local estratégico, na passagem do Médio para o Alto Rabagão.

Baptista Dias (1992) sugere, concretamente, os vestígios de uma antiga vila medieval, na margem direita do Rabagão, junto à aldeia da Vila da Ponte. Por sua vez Luís Fontes descobriu vestígios de um povoado romano na margem oposta, no sítio designado Corga Sêca.

---

<sup>12</sup> Sobre a discussão da cronologia do Itinerário ver J. M. Roldan Hervás 1973, 19-25.

<sup>13</sup> Para além do Itinerário de Antonino importa referir as Tábuas de Barro de Astorga. Sobre a sua total autenticidade existem dúvidas (ROLDAN HERVÁS 1975 163-175), as quais não teriam fundamento segundo A. Tranoy, por exemplo (1981, 206-212). Na verdade, no que concerne o percurso que estudámos da via XVII, as distâncias registadas na Tábuas são inverosímeis. Torna-se, contudo, interessante verificar que na Tábua IV, se encontram referidas todas as *mansiones*, entre Astorga e Chaves (*Ad Aquas*), salvo *Pinetum*. Ou seja, a placa assinalava o caminho mais rápido por Norte, por Vinhais.

No que diz respeito à localização de *Caladunum*, é um assunto polémico, desde o século XVIII, tendo mesmo dado origem a uma possível falsa epígrafe.

Baptista Dias sugere que Caladanum ficaria na zona de Antigo de Arcos.

Porém, de acordo com o traçado da via que definimos entre Vila da Ponte e Antigo de Arcos, a distância apurada é bem menor do que o valor referido pelo Itinerário de Antonino.

*Caladanum* não ficaria assim no eixo mais antigo, mas numa variante, que para uns ficaria a sul do traçado inicial e, para outros, a norte. De qualquer modo, insistimos, nunca poderá situar-se na zona de Antigo de Arcos.

Este dado, resultante da análise do traçado, somado à inscrição do miliário de Trajano, descoberto na Venda dos Padrões, que não só indica a distância a *Aquae Flaviae*, como regista um valor muito superior ao do traçado mais antigo, revela que existiu uma variante. Por onde seguia é um tema em suspenso, que exige mais trabalhos de campo.

Com todas as reservas admitimos que a variante seria por norte, pelas cabeceiras do rio Cávado.

Quanto à *mansio Ad Aquas* há unanimidade: corresponde a *Aquae Flaviae*.

Entre *Aquae Flaviae* e o ponto de travessia do rio Rabaçal contámos uma distância aproximada de vinte milhas romanas. Admitimos que a *mansio Pinetum* se situava na margem direita do rio, no povoado do Cabeço<sup>14</sup>. Em abono da nossa hipótese deve-se destacar a grande extensão do povoado romano (que pode ter tido origem num *habitat* da Idade do Ferro), e a recolha de uma ara a Júpiter, consagrada por um cidadão romano (*tria nomina*). No período medieval, a albergaria manteve-se na margem esquerda do rio, conforme se depreende da Carta de Foral concedida a S. João da Ponte. Ainda a favor da localização de *Pinetum* no Cabeço de Vale de Telhas, temos o próprio nome

---

<sup>14</sup> As construções detectadas na margem esquerda seriam uma *statio* relacionada com o controlo directo da ponte.

latino. Durante muito tempo supôs-se que o pinheiro (*Pinus Pinaster*) nunca tinha alcançado latitudes tão altas no interior norte de Portugal. Hoje sabe-se que o esta espécie de pinheiro fazia parte da floresta natural da região (Figueiral 1991, 13-29), sendo uma espécie que se adapta bem às características de uma ecologia de transição como é o caso do vale do rio Rabaçal, na zona em causa.

Curiosamente um topónimo da mesma natureza assinala a *mansio* seguinte: *Roboretum*. *Robur*, em latim, designa o género carvalho. *Roboretum*, poderá significar carvalhal. Ora, é precisamente nos últimos contrafortes nordeste da serra da Nogueira, os quais descem até à depressão de Castro de Avelãs, que se observam os mais extensos e uniformes carvalhais de Trás-os-Montes, graças a uma convergência única de condições geomorfológicas, pedológicas e climáticas. Por certo é essa a raiz do topónimo Rebordãos, aldeia a sudoeste de Castro de Avelãs, onde Pereira Lopo localizou a *mansio Roboretum*, mais precisamente no castro ou castelo de Rebordãos. Contudo, tal como referimos, o desvio por Rebordões é pouco compatível com o traçado mais lógico e com o miliário de S. Cláudio de Gostei. De acordo com o trajecto mais plausível a distância de 36 milhas (53 280 metros), contada a partir da *mansio Pinetum*, coincide, aproximadamente, com o local da Torre Velha de Castro de Avelãs (medimos sobre as cartas militares à escala 1:25000 a distância exacta de 52600 metros). Assim a *mansio Roboretum* seria a própria sede da *civitas Zoelarum*.

Entre *Roboretum* e *Compleutica* o Itinerário regista XXVIII milhas, o que corresponde a cerca de 41,4 quilómetros. Entre Castro de Avelãs e o vale do rio Maçãs (fronteira luso-espanhola), ao longo do provável traçado da via romana, contam-se 22 quilómetros. De acordo com a nossa interpretação do traçado, esta *mansio (Compleutica)* situava-se além da fronteira portuguesa, na Terra de Aliste, provavelmente em San Viterbo, talvez no ponto de encontro da via XVII com a via secundária proveniente de sul, o chamado "Carril Mourisco".

Assim *Compleutica* estaria integrada no território do povo Zoela ou Zela. Ptolomeu inclui esta *civitas* no território bracarense. Recordamos que os Zoela estabeleciam a fronteira com o conventus de *Bracara Augusta*. Podemos admitir a hipótese de, num determinado período terem estado dependentes de *Bracara*, se é que o geógrafo não se equivocou.

*Veniatia* poderá situar-se na zona de Valle de Ciervos, já em território dos *Superati*, no vale do rio Tera, a norte da Sierra de La Culebra. Note-se que o significado latino do nome assinala uma zona de caça, mantida na toponímia actual (Vale de Cervos). É de assinalar a curta distância entre *Compleutica* e *Veniatia*.

*Petavonium*, a *mansio* seguinte, localizada na margem esquerda do rio Tera, cerca de Rosiño de Vidriales, seria a capital da *civitas* dos *Superati*. Existe unanimidade sobre a localização de *Petavonium*, "cidade" mencionada em textos clássicos.

*Argentiolum*, a última *mansio* antes de Astorga, é considerada a sede dos *Luggoni Augustani*?, outro dos *populi* asturianos mencionados nos autores clássicos (Tranoy 1981, 49). O correspondente sítio arqueológico situa-se no termo de Villatón, na margem direita do rio Duerna (Rodríguez 1970, 433; Tranoy 1981, 49) ou no de Herrera de Jamuz (Roldán Hervás 1975, 216)<sup>15</sup>.

Para além dos aspectos específicos que acabamos de referir, julgamos importante salientar o posicionamento geográfico análogo de todas estas *mansiones*, salvo *Veniatia*. Todas elas, incluindo *Ad Aquas* (que, lembramos, corresponderia a *Aquae Flaviae*), situam-se no centro de depressões ou pontos estratégicos das bacias fluviais: *Salatia* (tenha sido em Real ou em Permilião<sup>16</sup>) nas cabeceiras do rio

---

<sup>15</sup> Alain Tranoy (1981, 214) sugere que *Argentiolum* pode corresponder a Castrocalbon <sup>15</sup>, localizando *Petanovium* cerca de Rosiño de Vidriales. Quanto às restantes, *Veniatia*, *Compleutica*, *Roboretum* e *Pinetum*, o investigador francês não formula hipóteses (TRANOY 1981, 214).

<sup>16</sup> Proposta de Baptista Dias (1992).

Ave; *Praesidium* no médio curso do Rabagão; *Caladunum* nas cabeceiras do rio Beça?; *Ad Aquas* (veiga de Chaves e bacia superior do rio Tâmega); *Pinetum* (média bacia do Tua); *Roboretum* (depressão do Bragança e vale superior do rio Sabor); *Compleutica* (vale do rio Aliste); *Petavonium* (vale do rio Tera); *Argentiolum* (vale do rio Duerna).

Ou seja, as *mansiones*, tal como se registam no Itinerário de Antonino, não são apenas meros pontos de descanso para os viandantes, mas lugares-centrais, com possíveis funções administrativas e comerciais. Assim se explicaria a distância irregular entre as diversas *mansiones* referidas no Itinerário.

De salientar, ainda, que quatro das *mansiones* citadas, *Ad Aquas*, *Pinetum*, *Roboretum*, *Petavonium* e *Argentiolum*, parecem ter sido cabeças de *populi*, ou sede de *civitates*.

## **12. A via Bracara Asturicam e os limites conventuais:**

A via XVII atravessava dois conventos: o de *Bracara* e do *Asturica*.

Tranoy (1981, 157-160) produziu uma síntese sobre os limites administrativos do Noroeste, que cartografou a uma escala de cerca de 1:500000, estabelecendo as fronteiras entre os diversos conventos, e, por consequência, entre estes e as províncias vizinhas.

Recentemente, Jorge Alarcão (1988, 15-24) apresentou uma proposta diferente e mais pormenorizada.

E, todavia, ainda encontramos, em recentes trabalhos de grande divulgação, erros inesperados como o de considerar o rio Sabor a fronteira ocidental dos Zoelas e o limite entre os territórios de *Bracara* e *Asturica* (Santos Yanguas 1989, 113). Noutro texto, num artigo publicado em 1991, detectámos um mapa em que Castro de Avelãs é erradamente colocada na margem direita do Sabor (mapa publicado por T. Mañanes 1981, e reproduzido por Gonzalez Blanco 1991, 297).

Para definir a faixa de fronteira, que a via cruzava, no seu trajecto de ocidente para oriente, é importante esclarecer o posicionamento do povo denominado Zoelas, ou Zelas e da



capital da *Civitas Zoelarum* (Castro de Avelãs), tanto mais que deparamos em obras de divulgação com um erro que data do século XIX, do mapa de Kiepert, inserido na edição do II volume do CIL (*Corpus Inscriptiones Latinorum*)<sup>17</sup>.

Um ponto chave para a abordagem do problema é, pois, a delimitação, tão exacta quanto possível, do território dos Zoelas, conforme já sublinhámos. Efectivamente, este povo estendia-se por uma vasta área, sendo aceite pela generalidade da bibliografia que pertenciam aos *Asturi Augustani*, ocupando o canto sudoeste deste grupo de etnias.

O limite norte dos Zoelas não oferece dúvidas, havendo unanimidade a esse respeito: seria o arco montanhoso formado pelas serras da Sanábria e de la Culebra. A Serra da Sanábria, cujos cumes atingem altitudes superiores a 2000 metros, forma uma poderosa barreira que fecha, a norte, as bacias dos rios Rabaçal, Tuela e Sabor, cujas nascentes ficam nas vertentes meridionais da montanha. A Serra da la Culebra prolonga para sudeste a Sanábria. Embora menos elevada (oscila entre 1200 e 900 metros), dispõe-se de noroeste para sudeste fechando a norte o planalto de Miranda e a Terra de Aliste (altitude média 700 m.).

O limite oriental dos Zoelas também parece ser claro: o trecho final do rio Esla e o curso do Douro, a jusante da confluência do Esla até cerca de Mazouco (foz do rio Tormes). Para nascente do Douro dispunham-se os *Vaceus*, pelo menos até ao vale do supracitado Tormes.

Quanto aos limites ocidentais do Zoelas, a linha proposta por A. Tranoy (1981), nos seus traços genéricos, é a mais provável. Ou seja, a corda montanhosa norte-sul formada pelas serras da Escusaña (Sanábria), Coroa, Nogueira e Bornes (Tranoy 1981, 157-160). Com base nos dados do povoamento

---

<sup>17</sup> A. Tranoy considera que na origem deste erro, muito frequente na bibliografia espanhola, está por um lado o mapa do CIL II que situa Castro de Avelãs a leste de Bragança e, por outro, o trabalho de Sanchez-Albornoz que recorreu ao curso do rio Sabor como limite entre os conventos de *Bracara Augusta* e de *Asturica Augusta* (Tranoy 1981, 159).

proto-histórico e romano desta faixa, ensaiámos cartografar com maior precisão a fronteira entre a *civitas Zoelarum* e o *Conventus Bracaraugustanus*.

De norte para sul, a zona fronteira atravessava os seguintes espaços: o planalto da Lomba e as últimas cumeadas ocidentais da serra da Coroa (nesta perspectiva pertenceria ainda à *civitas Zoelarum*, o povoado de Lagoa, concelho de Vinhais); a crista quartzítica, denominada Cerro das Penhas Juntas (para sul desta barreira natural estendia-se o território de um outro povo); a partir do maciço de Penhas Juntas, o limite inflectia para leste desenhando um arco, correspondendo aos últimos contrafortes do extremo sudeste da serra da Nogueira, área desprovida de povoados e de castros romanizados; esta faixa, pouco povoada, termina a sul, num ponto em que confluem os últimos relevos da faixa sudeste da serra da Nogueira e os contrafortes do extremo nordeste da serra de Bornes.

Se estes são os limites entre os dois conventos, o ramo norte, o mais antigo, da Via XVII, transpunha a fronteira entre astures e bracarenses na zona do planalto de Ervededo ou, mesmo, no próprio rio Rabaçal.

Quanto à variante, ou ramo sul, entrava no *conventus* de *Bracara Augusta*, no extremo leste do Cerro das Penhas Juntas numa portela muito bem definida, descendo para o Castro de S. Brás (Torre de D. Chama).

### **13. A Via e os *Populi*:**

Parece-nos importante destacar que o processo de romanização, embora respeitasse as especificidades da divisão em *populi*, não procedeu à transposição automática da malha étnica anterior para um novo quadro. Foi, por certo, um processo complexo, em que jogos de aliança, a lógica da conquista, a evolução da política regional, tiveram um papel que desconhecemos, por falta de dados históricos.

Quando os autores clássicos nomeiam os *populi*, referiam-se, provavelmente, a uma realidade pré-romana. Quando os enumeram e agrupam em *civitates*, ou *oppida*, saltam já para o

patamar do mundo romanizado, descriminando, provavelmente, as *civitates*, como entidades sujeitas a um sistema fiscal, que se concretiza, designadamente, na participação de construção de pontes (padrões da Ponte de Chaves e da Ponte de Alcantâra).

A transposição automática dos *populi* para as *civitates* é uma operação arriscada.

Sendo, assim, limitamo-nos, neste ponto, a enumerar os povos que via XVII teria cruzado, remetendo para o item relativo às *civitates*, os limites territoriais: *Superati*; *Brigaeceni*; *Zoelae*; *Avobrigenses*; *Aquiaflavienses*, *Equaesii?*, *Bracari*.

O estabelecimento do *Cursus Publicus* e a divisão em *civitates*, foram processos que se concretizaram na primeira metade do século I, sob a dinastia júlio-claudiana. A favor desta proposta temos, no caso da via XVII, a coincidência entre os miliários de Augusto, Tibério e Cláudio e a placa honorífica de S. Cláudio de Gostei (aldeia junto a Castro de Avelãs), que poderá indicar a promoção a sede de *civitas* da Torre Velha de Castro de Avelãs, *mansio Roboretum* do Itinerário de Antonino.

Em oposição à nossa hipótese temos a designação de *Aquae Flaviae*.

#### **14. As *civitates* da via *Bracara Asturicam*:**

Ao longo do seu trajecto a Via XVII cruzava o território de um conjunto de *civitates*, algumas das quais correspondentes a antigos *populi*, a que já nos referimos.

No *conventus asturicensis* cruzava o território de pelo menos quatro *civitates*: *Asturica*; a capital; a dos *Orniaci*, nas margens norte do rio Duerna; a dos *Luggoni*, com capital em *Argentiolum*, na margem sul do Duerna; a dos *Superati*, no vale do rio Tera, com sede em *Petavonium*; e, finalmente, a dos Zoelas, cujo ponto central seria a *mansio Roboretum*, em Castro de Avelãs.

Não conhecemos em pormenor o território entre a Serra de La Culebra e *Asturica*, para adiantar muito mais.

Já referimos os limites dos *Zoelas*.

Sublinhamos que, em função do trabalho que produzimos (Lemos 1993), alguns autores sugerem que os *Zoelae* poderiam ter sido divididos em vários *civitates*. Também Jorge de Alarcão tem sugerido que as Terras de Aliste e de Miranda teriam origem em *civitates* distintas. Concordamos com estas hipóteses, embora, em nossa opinião, todas estas *civitates* teriam uma raiz étnica comum, ou seja integravam-se no povo Zoela. Contudo, Jorge Alarcão entende que a Terra de Miranda, teria sido uma unidade étnica e administrativa sem relação com os Zoelas. O nome desse povo estaria registado numa ara votiva de Granja dos Gregos, no concelho de Miranda de Douro.

Como não pretendemos aprofundar, neste texto, essa problemática, diremos apenas que a via XVII entre a Serra de La Culebra e a fronteira conventual, cruzava o território de duas *civitates*, uma com sede em *Compleutica* e outra com sede em *Roboretum*. A área da primeira corresponde à Terra de Aliste. A segunda à Terra de Brigantia ou Bragança.

Quanto ao *conventus* de *Bracara Augusta*.

Neste área, deve observar-se que entre os povos que integram o *conventus* de *Bracara Augusta* não se registam espaços vazios, não há faixas nítidas de rarefacção do povoamento, ao contrário do que se verifica nas zonas limítrofes dos *Zoelas*.

Entre os *Zoelas* e os *Aquiflavienses*, que ocupariam a zona de Chaves e a serra da Padrela, estende-se um vasto espaço, drenado pelos médios curso dos rios Rabaçal e Tua, espaço que apresenta homogeneidade ecológica (mediterrânica), e uma estrutura própria de povoamento. Porém, até à data, não foram detectados dados arqueológicos seguros que permitam deduzir que *civitates* habitaria esta região.

Na sequência de Jorge Alarcão (1975, 18), A. Tranoy (1981, 69-70) situou nesta zona, embora com reservas, os *Interamici*, um dos povos citados no padrão da ponte de Chaves. Também para esta localização se inclinou A. C. Silva (1986, 284). Esta possibilidade foi afastada por dados epigráficos

recentes que colocam os *Interamici* mais a Norte, já na actual Galiza.

Seja como for, estamos perante uma unidade territorial bem definida, cujos limites são: a norte, a crista quartzítica das Penhas Juntas (que se prolonga para oeste até ao chamado Castelo de Vale Janeiro) e o extremo do Planalto da Lomba (confluência dos rios Mente e Rabaçal); a leste, a fronteira entre os conventos bracarense e asturiano, tal como já a descrevemos; a sul, o arco formado pelos últimos contrafortes sudeste da serra de Bornes e sudoeste da serra de Passos; a oeste, os planalto de Jou - Carrazeda e de Monforte de Rio Livre - Fiães.

Actualmente diversos autores colocam nesta zona os *Avobrigences*.

A fronteira entre estes e os *Aquiflavienses* talvez fosse marcada pela linha de castros que se estende entre a Cerca de Ribas e a Cerca de Lama do Ouriço.

Concordante com esta linha há um dado interessante, relacionado com a via XVII, que destacamos: enquanto que o miliário de S. Julião, em pleno planalto de Monforte - Carrazedo alude a *Aquae Flaviae*, pelo contrário os miliários das milhas subsequentes, de Sá e de Vilarandelo já não se referem àquela cidade, mas sim a *Bracara Augusta*. Ora, em Vilarandelo, termina a zona planáltica e abre-se um novo cenário geomorfológico e ecológico: a Terra Quente. Podemos, assim, situar o limite do território dos *Aquiflavienses* entre Vilarandelo e S. Julião.

O ramal sul da via entrava, pois, no espaço dominado por *Aquae Flaviae* na zona do grande povoado de Lama do Ouriço.

O ramal norte da via penetrava no território daquela urbe logo a seguir ao já citado *Vicus Vagornica*. Talvez, o limite preciso fosse a depressão onde nasce o rio Calvo.

No entanto, não deixamos de admitir uma segunda hipótese, de acordo com a qual o domínio de *Aquae Flaviae* se estendia mais para leste. Nesta hipótese, de norte para sul, o limite corria pela rio Mente (em cuja margem esquerda foi

erguido um possível santuário)<sup>18</sup>, prosseguia pelo vale do Rabaçal até ao ponto em que a bacia deste rio se alarga para oeste, abrindo-se a chamada Terra Quente. A partir daí o limite inflectia para leste, pelo rebordo planáltico, passando a sudoeste de Vilarandelo e continuando ao longo da supracitada linha de castros.

Importa, também referir os restantes limites da *civitas* dos *Aquiflavienses*. A norte entestava com os *Tamagnini*. A sudeste confinava com o distrito mineiro da Serra da Padrela. A sudoeste com a *civitas* dos Lapíteas, cujo centro era a depressão de Vila Real. A oeste, entendemos que o limite seria a serra de Leiranque, que se dispõe no sentido norte sul. É verdade que muito mais para poente há um miliário que se refere a *Aquae Flaviae*, em Codeçoso. Todavia, poderemos estar somente perante o sinal de uma zona de influência, em especial no que se refere à manutenção da via, ou seja sem relação directa com as fronteiras das *civitates*.

A leste da *civitas* de *Aquae Flaviae*, no trajecto da via, situavam-se, de acordo com diversos autores, os *Caladuni*. *Caladunum* é uma *mansio* referida no itinerário de Antonino. Por outro lado, foi recentemente descoberta uma inscrição que regista um *Caladunensis*.

Todavia a possibilidade de existência dos *Caladuni* é rejeitada por outros autores como Jorge Alarcão. De acordo com este último o espaço que acabamos de descrever seria ocupado por um outro povo, os *Equaesii*. Nesse caso *Caladunum* seria apenas uma *mansio*.

É um problema em aberto que o achado de uma nova epígrafe, ou miliário, poderá resolver.

Se a exacta denominação desta *civitas* continua em resolver, dada a fragilidade dos argumentos, do ponto de vista geomorfológico e ecológico é inegável que se regista uma unidade fisiográfica, o Barroso.

---

<sup>18</sup> Ao qual se sobrepôs uma torre medieval, o chamado Castelo do Mau Vizinho (SANTOS JÚNIOR et alii 1989, 368-410).

O limite leste desta *civitas* seriam as serras do Leiranque e do Larouco. Ocupava assim todo o vasto espaço drenado pelo Rabagão e tramo superior do rio Beça, afluente do Tâmega. É uma vasta área, em a via XVII percorria numerosas milhas, desde a portela de Pindo (Antigo de Arcos) até ao ponto onde o rio Rabagão sofre um profundo entalhe, ou seja até ao local escolhido no século XX para se construir a Barragem da Venda Nova.

Consideramos que a partir da zona da barragem da Venda Nova, a Via XVII entrava na área de uma outra *civitas*, embora num espaço específico, que ocupava a Serra da Cabreira e a depressão de Viera do Minho, desde o rio Cávado até ao Alto Vale do Ave. A via transcorria sobranceira ao limite setentrional desta *civitas*, o rio Cávado, cuja margem norte é bastante abrupta. Num dos extremos do território desta *civitas* ficaria a *mansio Salatia*, talvez junto do povoado conhecido como Cruz do Real. Esta *mansio* poderia ter o estatuto de *vicus*.

De acordo com o mapa político - administrativo de Entre Douro e Minho, na época romana, julgamos que esta área se integrava no território da *civitas* de *Bracara Augusta*.

Assim, numa perspectiva geo-morfológica será legítimo afirmar que o núcleo essencial do território dos *Bracari* seria o espaço drenado pelos cursos superiores e médios dos rios Ave e Este, mais uma faixa setentrional voltada ao Cávado. Não é uma área muita vasta, mas muito rica em recursos, fértil, onde se registam numerosos povoados fortificados, normalmente de grande dimensão. Seria, provavelmente a zona mais populosa a norte do rio Douro.

### **15. Vias secundárias relacionadas com a via XVII:**

Na via XVII entroncavam toda uma série de caminhos no sentido sul-norte, ligando a Lusitânia com a Galécia meridional e com o extremo sul do convento astúr. Sem pretender desenhar um mapa, mesmo provisório da rede viária romana a norte do rio Douro, a fim de ajudar a leitura do território e do povoamento, apresentamos de seguida uma listagem.

Assim de oeste para leste, ou seja de Bracara para Asturica:

- o primeiro nó rodoviário importante seria o Castelo de Lanhoso de onde partiam dois caminhos secundários, um para sudoeste, ligando à via entre *Bracara* e *Emerita*; outro para nordeste descendo ao vale do Cávado, e juntando-se à via XVIII, ou Geira;
- já no concelho de Montalegre devemos admitir uma derivação para sul, que cruzava a zona de Salto, direito à depressão de Cabeceiras de Basto;
- em *Caladunum* um via para norte em direcção ao território dos *Quaequerni*;
- em *Aquae Flaviae*, um conjunto de pelo menos quatro caminhos secundários; para norte para o território dos *Limici*; para sudoeste em direcção a Boticas e ao vale do Tâmega (onde terá existido uma etnia cujo nome desconhecemos e da qual um dos principais povoados seria o Castro de Lesenho); para sudeste em direcção à zona mineira da Serra da Padrela, via que prosseguia para sul em direcção a Panóias, Castelo do Fonte do Milho e Covelinhas (rio Douro).
- no castro de S. Brás (Torre de D. Chama) terminava a via secundária que ligava o Vale da Vilarça ao Vale do Tua;
- em San Viterbo ou Alcañices o “Carril Mourisco”, que atravessava, no sentido sul norte a Beira Transmontano e o Nordeste Trasmontano, sempre paralelo à via da Prata, desde a Egitânea.

#### **16. A via XVII e o povoamento do *conventus* de *Bracara Augusta*:**

Já apontámos que esta via se terá instalado sobre um corredor natural precedente. Admitimos que, numa primeira fase, teve uma finalidade essencialmente estratégica. Ao longo do século I adquire uma nova importância no quadro do povoamento do *conventus* de *Bracara Augusta*.

Neste texto seria inviável uma análise pormenorizada desse tema. De resto faltam os dados. Embora existem sínteses



parcelares para o extremo leste do *conventus* (Francisco Sande Lemos), para a zona de influência de *Aquae Flaviae* (Paulo Amaral e António Rodriguez Colmenero), para a média bacia do Cávado (Manuela Martins) e para a orla litoral (Carlos Alberto Brochado de Almeida), a área nuclear em redor de *Bracara Augusta* carece de novas pesquisas, que aliás estão em curso (dissertação de doutoramento em preparação por Helena Carvalho), bem como outras faixas dispersas.

Não há, pois, um trabalho de conjunto.

De qualquer modo, acerca da relação entre a via e o povoamento, consideramos necessário destacar os seguintes aspectos:

- reúne três espaços nucleares com grande densidade de ocupação: a área de influência de *Bracara Augusta*; a de *Aquae Flaviae*; e a mesopotâmia dos rios Rabaçal e Tuela com possível sede na mansio *Pinetum*.
- teve, assim, uma importante função económica integradora ao longo do Alto-Império, já que as três áreas supracitadas produziam bens agrícolas e artesanais com características distintas e que se completavam;
- acentuou a urbanização do espaço do *conventus*, ao ligar duas importantes cidades *Bracara* e *Aquae Flaviae*
- no Baixo-Império, no contexto da promoção de *Bracara Augusta* a capital da *Gallaecia*, facilitou as funções desta cidade como sede de um vasto território em relação ao qual estava descentrada.

### **17. A pervivência da via XVII:**

O trajecto da via XVII entre Braga e Bragança perdurou até ao século XIX, como grande eixo de circulação, ligando o litoral ao Nordeste transmontano.

Ao longo do Império foi sempre uma via de grande tráfego como comprovam os miliários da dinastia antonina, do século III e do Baixo-Império, alguns dos quais fazem referência explícita a obras de manutenção.

A distribuição de alguns tesouros tardios (Vinhais e de Santa Maria de Emeres) sugere que por esta via, a par da XVIII, se realizaram as incursões dos povos germânicos.

Manteve a sua importância estratégica no período medieval como indica o posicionamento do Castelo de Lanhoso, do Castelo de Montalegre, do Castelo de Monforte de Rio Livre e do Castelo de Vinhais, bem como o grande número de topónimos de torres e postos de vigia ("atalaias"; "esculcas"; "fachos"; "velas") que se registam ao longo do seu percurso e que podem ser facilmente recolhidos nas diversas folhas da Carta 1:25000.

Também determinados acontecimentos históricos documentam a continuidade da via. Em 1387, o exército do rei D. João I assentou arraiais em Castro de Avelãs, aguardando as forças do Duque de Lencastre, provenientes da Galiza. Posteriormente os dois exércitos estacionaram em S. Pedro de Babe, no Planalto de Deilão, antes de atacarem o reino de Leão, tendo para o efeito atravessado o rio Maçais (a crónica é omissa sobre o local exacto; terá sido em Porto Calçado?) e rompido por Terra de Aliste em direcção a Alcañices<sup>19</sup>.

A partir da Baixa Idade Média, ou melhor, a partir do século XIV, o traçado entre Bragança e Porto Calçado passou a ter um interesse meramente vicinal. O eixo de circulação rodou de noroeste para leste, sendo construída a ponte de Valbom, sobre o rio Sabor. Abriu-se assim um novo caminho até ao Castelo de Outeiro, e daqui até à vila fortificada de Miranda do Douro. Trata-se de um interessante exemplo do efeito de **fronteira** na rede viária, tema que ultimamente tem sido bastante valorizado<sup>20</sup>. Numa nova ordem política, desdenhando os antigos limites romanos e diocesanos, consolidava-se uma nova fronteira.

---

<sup>19</sup> Ver a Crónica de D. João I, de Fernão Lopes.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, o volume das Actas do Colóquio de Teruel, dedicado ao estudo das fronteiras.

Porém, o percurso entre Chaves e Bragança manteve-se activo até à abertura das estradas reais e ao lançamento da rede ferroviária. Pelo antigo itinerário romano, de Braga a Chaves, e desta cidade a Bragança seguiu Link (1805, 9-11), no final do século XVIII.

Podemos, aliás, citar Jerónimo Contador de Argote, que se fundamentou nos reconhecimentos mandados efectuar pelo bispo de Urianópolis: “Esta via militar, que de Braga fahia para Aguas Flavias, que he Chaves, e dalli profegua para Aftorga, era em grande parte a mefma eftrada que hoje fe pratica, porém não em todo, porque às vezes fazia duas voltas; donde procede que as diftancias de huma, e outrafe differençaõ” (De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani, libri quatuor, p. 202).

Embora também a *Via Nova*, tenha perdurado como caminho até meados do século XX (quando foi aberta uma estrada florestal entre S. João do Campo e a fronteira) a densidade do seu tráfego terá sido sempre muito maior, ao longo dos séculos. A via XVII era o caminho de Braga para Bragança. Talvez esta circunstância explique o menor número de miliários e as zonas em que o traçado se torna intrincado de problemática leitura.

### **18. Considerações finais:**

Este texto não é senão mais um contributo para o estudo da via *Bracara Asturicam*.

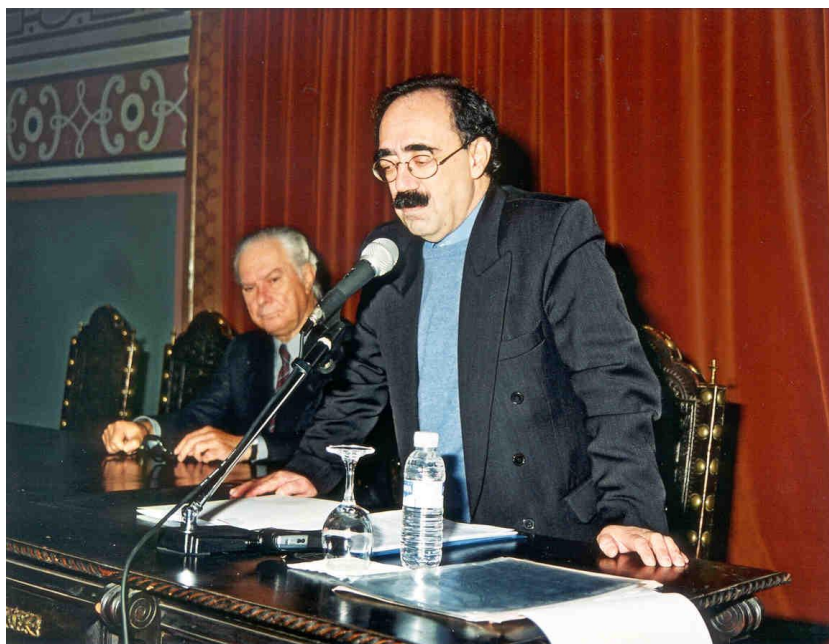
Se o tempo, essa divindade tão instável, nos favorecer, pensamos, em 2002 ou 2003, publicar uma monografia sobre a via XVII.

### **Bibliografia:**

- Alarcão, Jorge (1988) - *Roman Portugal*, 1, Warminster.  
- (1988a) - *Roman Portugal*, 2, Warminster.  
- (1995) - Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho, *Biblos*, 71, pp 387- 401.  
- (199\*) - *As Paróquias suévikas do território actualmente português*, sep. das Actas Colóquio Religião, Lengua y Cultura Prerromanas de Hispania, Salamanca, pp. 29-59.  
Alves, Francisco Manuel.  
- (1910) - *Memórias Arqueologicas-Históricas do Distrito de Bragança*, 1, Porto, 401 p.  
- (1911) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 2, Porto, 459 p.  
- (1913) - *Memorias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 3, Porto, 509 p.  
- (1915) - Estudos Arqueológicos do Major Celestino Beça, *O Arqueólogo Português*, 1 série, 20, Lisboa, pp 74-106.  
- (1916) - Epigrafia Bragançana, *O Arqueólogo Português*, 1 série, 21, Lisboa, pp 145-150.  
- (1918) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*. 4, Coimbra.  
- (1925) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*. 5, Bragança, 210 p.  
- (1926) - Epigrafia Bragançana *O Arqueólogo Português*, 1 série, 27, Lisboa, pp 21-22.  
- (1928) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 6, Porto, 808 p.  
- (1931) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 7, Porto, 820 p.  
- (1932) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 8, Porto, 123 p.  
- (1934) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 9, Porto, 718 p.  
- (1938) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 10, Porto, 865 p.  
- (1947) - *Memórias Arqueologico-Históricas do Distrito de Bragança*, 11.  
Argote, Jerónimo Contador de (1732) - *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Tomo I, Lisboa.  
- (1734) - *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Tomo II, Lisboa.

- Barradas, Lerenio Antunes (1956) - Vias Romanas das Regiões de Chaves e Bragança. *Revista de Guimarães*, 66 (1-2), Guimaraes, pp 160-240.
- Barros, Joao de (1919) - *Antiguidades de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto, 145 p.
- Beça, Celestino (1904) - Notícias Arqueológicas do Norte de Trás-os-Montes. *O Arqueólogo Português*, 1 série, 9, Lisboa, pp 35-36.
- (1915) - Estudos Arqueológicos do Major Celestino Beça *O Arqueólogo Português*, 1 série, 20, Lisboa, pp 74-106.
- Belino, Albano (1898) - Cartas sobre a Epigrafia Romana, Braga.
- Capella, Martins (1895) - *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto.
- Cardozo, Luiz (1747) - *Dicionário Geográfico*, 1, Lisboa.
- (1751) - *Dicionário Geográfico*, 2, Lisboa.
- Cardozo, Mário (1943) - *Algumas Inscrições Lusitano-Romanas da Região de Chaves*, C.M. de Chaves, Chaves.
- (1972) - *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e Escultura Antiga*. Guimarães.
- Colmenero, A. Rodriguez (1987) - *Aquae Flaviae. I.- Fontes Epigráficas.*, Câmara Municipal de Chaves, Braga.
- (1988) - *Aquae Flaviae I. - Fontes Epigráficas. Apêndice fotográfico. - Recentíssima Adenda Epigráfica*, Câmara Municipal de Chaves, Braga.
- Cunha, D. Rodrigo da (1989) - *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, 2 volumes, Braga.
- Hübner, Aemilivs (1869) - *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, Berlim.
- (1871) - *Notícias de Portugal*, Lisboa.
- Lemos, Francisco Sande (1993) - *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Dissertação de Doutoramento. Policopiada. Universidade do Minho. Braga.
- (1999) - O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta, Forum*, 25, Universidade do Minho, Braga, pp. 81-94.
- Lopo, Albino Pereira (1896) -
- (1897) - Notícias de Lamalonga. *O Arqueólogo Português*, 1 série, 3, Lisboa, pp 287-288.
- (1898) - Vestígios archeológicos de Babe. *O Arqueólogo Português*, 1 série, 4, Lisboa, pp 340-343.
- (1900) - Gimonde. Ruínas - Um marco miliário. *O Arqueólogo Português*, 1 série, 5, Lisboa, pp 136-138.
- (1901) - Archeologia Transmontana. Um castro - S.Claudio - Um miliário - Uma via romana. *O Arqueólogo Português*, 1 série, 6, Lisboa, pp 146-150.
- (1907) - Dois miliários inéditos. Trajecto, em território português, de uma via romana de Chaves a Astorga. *O Arqueólogo Português*, 1 série, 12, Lisboa, pp 162-164.

- Machado, Montalvão (1971) - *Visitas a Castros nos Arredores de Chaves*, (dactilografado).
- Mantas, Vasco (1996) - *A Rede Viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento. Policopiada. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Marques, A. Maia & Amaral, Luis M.C.G. (1986) - Moedas Romanas de Santa Maria de Emeres (Valpaços), *Revista de Ciências Históricas*, 1, Porto, 101-126.
- Martins, J. Baptista (1984) - *Levantamento Arqueológico de Chaves, Boticas, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar*. Chaves, (dactilografado).
- Martins, Manuela.  
- (1990) - *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia - Monografias, 5, Braga.
- Mourinho, António Maria (1977) - Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes no Nordeste Transmontano, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (1), Porto, 279-288.
- Pinheiro, José Henrique (1888) - Relatório sobre as ruínas romanas descobertas junto da povoação de Castro de Avellas no mês de Fevereiro de 1887, e sobre o reconhecimento que nas... *Revista de Guimarães*, 5 (2), Guimarães, pp 72-96.  
- (1889) - Duas inscrições romanas inéditas. *Revista de Guimarães*, 6 (2), Guimarães, pp 53-57.  
- (1895) - *Estudo da Estrada Militar Romana entre Braga e Astorga...* Porto.
- Saa, Mário (1960) - As grandes vias da Lusitânia, 3, Lisboa.
- Santos Júnior, J.R. *et alii*, O Santuário do Castelo do Mau Vizinho, *Revista de Guimarães*, 98, Guimarães, 368-410.
- Silva, Armando Coelho da (1986) - *A Cultura Castreja*. Porto.
- Távora e Abreu (1722-23) - *Notícias Geográficas e Históricas da província de Trás os Montes*, Mns da Biblioteca Nacional.
- Tranoy, Alain (1980) - Le pseudo-milliaire de S.Claudio (Gostei-Braganca) et les limites orientales du Conventus Bracarum. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (4), Porto, pp 589-594.  
- (1981) - *La Galice Romaine*. Paris.
- Zabaleta Estévez, Mar (1999) - Breve síntese sobre o estudo das moedas de *Bracara Augusta*, *Forum*, 26, Universidade do Minho, Braga, pp. 80-85.



Sessão inaugural presidida pelo Dr. António Ribeiro,  
no momento em que proferia a sua comunicação o  
Prof. Doutor Francisco de Sande Lemos